

A IGREJA CATÓLICA E O PODER CIVIL: ALIANÇAS E CONFLITOS NA PRINCESA DO SERTÃO NA PRIMEIRA REPÚBLICA (1890-1930)

Juliano Mota Campos*

Universidade Estadual de Feira de Santana

Graduado em Licenciatura em História

julianouefs@bol.com.br

Resumo:

A presente comunicação trata da relação entre a Igreja Católica e o poder civil na cidade de Feira de Santana, estado da Bahia, no período de 1890 a 1930. O trabalho busca analisar e compreender a natureza e a dinâmica das relações entre instituições, representadas respectivamente pelo clero secular e pelos parlamentares em um momento de separação entre as referidas instituições. Seria uma relação de dominação de um agente histórico sobre o outro ou uma aliança de interesses entre ambos? Como isso refletia nos comportamentos dos diversos setores da sociedade feirense, haja vista que tais instituições estavam envolvidas nos projetos de urbanização e de transformações sócio-culturais, adotando novas posturas neste contexto? Pretende-se desmistificar a idéia de que essa urbe teve como pilar praticamente único, de sua formação, o comércio e as ações públicas governamentais. Até então, a prática do clero católico era vista como um dado cultural isolado e estanque no tempo, responsável apenas pelas celebrações religiosas e práticas catequéticas. O estudo tem como referencial teórico a História Cultural e está baseado em atas de irmandades, da Câmara e do Conselho Municipal, livros de tombo, jornais e os códigos de postura municipal.

Palavras-Chave: Igreja Católica, Feira de Santana, Estado.

A presente comunicação tem por objetivo iniciar uma breve discussão sobre a relação entre a Igreja Católica e o poder público municipal na cidade de Feira de Santana na Bahia, a partir da separação ocorrida entre o Estado e a Igreja de Roma com o decreto 119-A de 7-1-1890, até o início da década de 30 do século XX.

A escolha do período referente à primeira República (1890-1930) como baliza histórica torna-se necessário primeiramente por se tratar da transição e instalação de um novo regime político no Brasil, segundo porque neste período a cidade de Feira de Santana começa a passar por um processo de urbanização e de grandes transformações sociais que vão alterar as relações de sociabilidade naquela urbe.

Por perceber a importância não só político-econômica, mas também cultural que a cidade de Feira de Santana representa nacionalmente, é que almeja-se iniciar uma discussão sobre esta temática, a qual não tem o merecido destaque na historiografia regional. Este estudo ainda encontra-se em fase inicial e não tem a pretensão de chegar a uma conclusão em

* Graduado no Curso de Licenciatura em História pela Universidade Estadual de Feira de Santana (UEFS), membro do Centro de Pesquisa das Religiões. **GP 01, Igreja Católica no Brasil.**

definitivo, por isso o seu objetivo é primariamente buscar a ampliação do conhecimento histórico através da análise de documentos referentes as duas das mais importantes instituições da sociedade brasileira.

Inicialmente, faz-se necessário apresentar a construção histórica da relação entre Igreja Católica e o Estado, perpassando pelo tempo até chegar à cidade de Feira de Santana na Aurora da República Velha.

Entre Tronos e Altares: notas da historiografia sobre a relação entre Igreja e Estado

Com o crescimento da produção acadêmica no campo da história cultural desde o final da década de 80, os estudos historiográficos sobre a religião como elemento da cultura tem se diversificado muito. Destaca-se nesta pluralidade de ramos do saber a historiografia do catolicismo no Brasil.

A historiografia religiosa de caráter triunfalista e apologético está se tornando pouco comum. A obra coordenada por Eduardo Hoornaert¹, por exemplo, atesta isso. Os vários enfoques temáticos, temporais e espaciais dados pelos estudos de Cândido da Costa e Silva nas obras: *Os Segadores e a Messe* e *Roteiros de Vida e Morte*, com George Evergton S. Souza em sua dissertação de mestrado: *Entre o Religioso e o Político: uma história do círculo operário da Bahia*, ou ainda, a produção de mestrado de Patrícia Mota Sena: *O episódio dos perdões e a restauração da Igreja Católica na Bahia* demonstram a variedade de assuntos e um leque de temáticas que já foram abordadas e servem como aporte teórico e documental nos estudos de temas como o relacionamento entre a Igreja Católica e o Estado², relação essa, ora conflituosa, ora de cumplicidade.

A aliança entre a “esposa adúltera que Deus envolve com o manto da justiça” Pierrad (1982:06) e o Estado é percebida no Brasil a partir do período colonial com a chegada dos portugueses na terra de Santa Cruz e das companhias religiosas pelo viés do Padroado Régio, e nos séculos XVII e XVIII com irmandades e entidades filantrópicas. Tal relação foi “menos amigável” no período imperial com as intervenções do soberano nas funções da Igreja Católica seja na redução de suas atribuições, ou por intermédio do beneplácito imperial caracterizando esse período como de auto-avaliação e de reforma moral e intelectual da Igreja Católica.

O momento histórico compreendido entre 1822 – 1840 de acordo com Mattoso (1992:299):

¹ Ver: HOORNAERT, Eduardo (org). *História da Igreja no Brasil*, Tomo II, Vol.1. São Paulo: Vozes, 1983.

² Sobre esta relação na República, ver produções mais recentes: ALVES, Solange de Santana. *A Igreja Católica na Bahia: Fé e Política*. Salvador: UFBA, 2003. (Dissertação de Mestrado); SANTOS, Israel Silva dos. *A Reestruturação do Arcebispado Primaz da Bahia (1890-1930)*. Salvador: UFBA, 2006. (Dissertação de Mestrado)

“durante esse período, a hierarquia na Igreja se aproximou de Roma para tentar libertar-se da presença de um Estado demasiadamente opressor, começou a preparar o melhor clero para sua missão, reformou seus costumes e, enfim, procurou assegurar para si a direção das numerosas funções que ela havia abandonado aos leigos. Entre 1822 e 1840 a Igreja lançou os fundamentos de sua ação futura, conscientizou-se de sua própria existência e quis afirmar-se como poder independente.”

Uma evidência da ligação entre Igreja Católica e o poder temporal durante o Brasil império, era que a paróquia “era o ponto de convergência da vida civil, política e religiosa. O cidadão e o cristão deveriam ter o mesmo centro de convergência” Wernet(1987:69).

No período da Primeira República (1890 – 1930) a ecclaesia católica apesar de encontrar-se fragilizada devido à política liberal dos republicanos ao separar esta referida instituição do Estado, e da instalação de um estado laico auxiliado por uma ideologia positivista, esta permaneceu firme em um franco movimento de expansão, superando a estagnação dos tempos imperiais como afirma Moura (1978:22)

“multiplicam-se os nossos colégios religiosos dirigidos pelos beneditinos, jesuítas, maristas e salesianos [...] Realizam-se, neste período, os primeiros congressos de leigos e aparecem os primeiros jornais católicos. Organizam-se as confederações católicas.”

Evidencia-se a partir da observação e análise dos elementos citados uma nova postura e um redirecionamento do “papel” da Igreja católica inserida nessa nova era não só política, mas de transformações socioculturais ocorridas no Brasil. O momento a que nos referimos é descrito por Azzi (1977:61):

Pode-se afirmar que durante os trinta primeiros anos o decreto de separação entre Igreja e Estado promulgado em abril de 1890 foi mantido rigidamente. Por parte dos líderes políticos, houve um desconhecimento quase completo da ação e da presença da Igreja. Dominava o pensamento liberal e positivista [...] A Igreja Católica preocupava-se principalmente com a sua organização e vida interna.

Contudo, a Igreja necessitou a partir do início dos anos 20 do século XX devido ao avanço das denominações protestantes, mais a hostilidade dos positivistas e liberais, aliadas à orientação da sé romana, fortalecer através da sua hierarquia nacional os laços com as alas conservadoras da sociedade civil e política do Brasil, iniciando-se este processo no governo de Epitácio Pessoa, oficializando-se no governo

de Artur Bernardes³. Esse novo momento vivido pela Igreja Católica é conhecido como restauração católica e tem na figura do cardeal D. Sebastião Leme seu principal baluarte.

Contudo, faz-se necessário, antes de percebermos como essa “metamorfose social” ocorreu também em Feira de Santana, conheceremos um pouco sobre suas características gerais e a sua gênese, já que esta urbe é nosso lócus de estudo.

Feira de Santana é uma cidade que está situada no interior da Bahia, em privilegiado ponto de entroncamento rodoviário ligando o norte-nordeste do país. O clima propício ao tratamento da saúde, os tropeiros, o comércio e a religiosidade católica professada através das festas de Sant’Anna, dos diversos santos e irmandades compõem o cenário de uma cidade que “era bem trêfega, brincalhona, pacatíssima, cheia de bons dias cordialíssimos, pois toda gente se conhecia” Boaventura (2006:31).

No tocante a produção historiográfica sobre as origens do município de Feira de Santana, esta indica que “do século XVII ao século XVIII, a região de Feira de Santana, foi povoada e colonizada pela família Peixoto Viegas, a qual se tornou uma das proprietárias de terras na região localizada entre os distritos de Cachoeira e Maragogipe” Andrade⁴ (1990:94-95), inclusive a sesmaria de Tocos no século XVII.

Dentre as fazendas que compunham esta sesmaria, estava a de Santana dos Olhos D’Água, de propriedade do casal Domingos Barbosa de Araújo e Ana Brandão. Esta fazenda que tinha uma capela erigida em louvor a São Domingos e Sant’Anna logo tornou-se uma pequena feira de gado no primeiro quartel do século XVIII por três razões importantes:

“primeiro, porque estava situada no caminho mais direto entre o Recôncavo e as imensas pastagens do Mundo Novo, Jacobina e do médio São Francisco. Em segundo lugar, porque o povoado estava rodeado de excelentes pastagens naturais. A terceira razão, de vital importância para uma zona sujeita a secas periódicas, é que a região era atravessada por dois rios e por numerosos riachos. Salvo nos períodos de seca prolongada, o suprimento de água dessa área bastava para milhares de cabeças de gado”. Poppino (1963:54-55)

Com o desenvolvimento da Feira de gado no século XIX o arraial de Santana dos Olhos D’Água alcança progresso devido ao desenvolvimento frenético da feira livre (antes de gado, agora de diversos gêneros comerciais) e por apresentar-se como via de passagem principal do interior para a capital. Este crescimento da importância

³ Ver AZZI, Riolando. O Início da Restauração Católica no Brasil: 1920-1930 (II). In: Revista Síntese, Rio de Janeiro, n. 11.

⁴ Esse estudo é um dos mais recentes e aceito sobre a origem do povoamento de Feira de Santana, sua análise propicia uma crítica acurada das fontes e contrapõe a versão da História factual.

econômica de Feira de Santana torna premente a construção de novas estradas, principalmente após o declínio da feira de Capuame do que “tanto o governo municipal como o provincial mostravam-se atentos a essa carência, de modo que, seja por solicitação de um, seja por iniciativa do outro, proliferaram as vias de comunicação entre Feira e a região com as quais o comércio se realizava” Silva (1997:18).

O crescimento comercial e econômico de Feira de Santana propiciou os primeiros passos do processo de urbanização durante a Primeira República transformações estas que transcenderam ao âmbito político-econômico, como afirma Oliveira (2000:17):

“aconteceram mudanças fundamentais na cidade de Feira de Santana durante os anos finais do século XIX e as três primeiras décadas do século XX. Essas transformações, articuladas entre si, produziram novidades em termos de modelos de sociabilidade, gerando um novo padrão de comportamento público e uma nova ‘urbe’”

Devemos considerar que o contexto em que estudamos a relação entre Igreja Católica e Estado é de mudanças urbanísticas ocorridas em Feira de Santana. Em 1886 já era demonstrado pelo poder público municipal toda preocupação com a salubridade e a urbanização nesta urbe, ficando esta informação evidenciada através do projeto do código de posturas municipal discutido em seção ordinária da câmara de vereadores em 08 de abril de 1886:

“**Artigo primeiro** – É proibido expor a venda objeto de qualquer natureza que possa prejudicar a saúde publica sob pena de 10.000 reis de multa, caminhada ao contraventor.”

“**Artigo trese-** É proibido amarrar animais ás portas dos prédios, lojas, vendas, e bem assim conserval – os nos passeios e praças desta cidade; sob pena de serem recolhidos ao curral do conselho, e o dono obrigado a multa de dous mil reis, ou um dia de prisão.”⁵

A partir da análise desta fonte pode-se entender que poder público municipal tinha como objetivo deixar salubre, urbanizada e consequentemente moderna a “Princesa do Sertão”⁶ e para isso utilizaria – se de todos os instrumentos para fazê-lo. Prova disso foi o que a capela da Igreja Senhor dos Passos foi reconstruída em um

⁵ Livro de atas da Câmara de Vereadores (1883-1893)Sessão Ordinária de 08/04/1886,p35v.

⁶ Essa alcunha foi conferida à Feira de Santana, em discurso proferido por Rui Barbosa no ano de 1919. Ver: GAMA, Raimundo. Feira de Santana e Ruy Barbosa: o Pouso da Águia na “Terra Formosa e Bendita”. Feira de Santana, 2002.

outro espaço para abertura da avenida que leva o mesmo nome do templo. Assim nos relata Monsenhor Renato Galvão:

“Igreja Senhor dos Passos – de início foi capela particular do comendador Felipe Pedreira de Cerqueira, com licença do Arcebispado da Bahia, para sepultamento de sua família estava concluída em 1852. Consta também do roteiro da visita imperial. A capela entrou em ruínas e foi reconstruída em outro local visinho por medida de urbanismo.”⁷.

Nota – se que ao contrário de Salvador que possuía no início do século XX mais de uma centena de templos católicos, em Feira de Santana tinha – se apenas quatro⁸ (Catedral de Santana, Capela de Nossa Senhora dos Remédios, Capela do Senhor dos Passos, Capela do alto do Cruzeiro) demonstrando-se desta forma a urgência de se urbanizar a cidade, mesmo que para isso fosse necessário tocar em um espaço tão sagrado para os católicos, e até possivelmente entrar em um embate com uma instituição de tanto prestígio na sociedade feirense.

Para que seja possível a compreensão inicial de como Igreja Católica e Estado, se relacionaram no pós-império em Feira de Santana, faz-se necessário conhecer como ambas instituições comportaram-se neste contexto proposto principalmente no cotidiano da “Princesa do Sertão”⁹.

Política, Religião e Fé: elementos de Feira de Santana na República velha.

A conjuntura político – social na Primeira República era de mudanças significativas na sociedade brasileira e feirense. Partindo do pressuposto que instituições como o Estado e a Igreja Católica têm considerável influência no meio social, inclusive o de Feira de Santana, é que busca-se analisar a natureza e a dinâmica das relações entre estas instituições, representadas respectivamente pelo clero secular e pelos parlamentares em um momento de separação entre as referidas instituições. Seria uma relação de dominação de um agente histórico sobre o outro ou uma aliança de interesses entre ambos? Como isso refletia nos comportamentos dos diversos setores da sociedade feirense, haja vista que tais instituições estavam envolvidas nos projetos de urbanização e de transformações sócio-culturais, adotando novas posturas neste contexto?

⁷Revista Panorama de Feira de Santana, 01/11/1983, Ano 01 quantidade de templos é proporcional a de habitantes.

⁸ Segundo o estudo populacional feito pelo Jornal Folha do Norte a população feirense era estimada em 1890 em: 43.862, já em 1930 era de 98.552, por isso, é importante considerar que a quantidade de templos é proporcional a de habitantes.

A participação da Igreja Católica e a sua presença foram marcantes em Feira de Santana, evidenciando-se pelo que afirma Poppino (1963: 276):

“Desde cedo, constitui-se numa força social importante no município. Em toda a história de Feira de Santana, a maioria esmagadora da população sempre se constituiu de católicos, para os quais os aspectos externos da religião representava uma parte considerável da vida de todos os dias. Não é de espantar, portanto, que quase todos os grupos sociais, formados pelo povo do município, estivessem filiados, direto ou indiretamente, à organização da igreja local”

Nos espaços de decisão política a Igreja Católica também demonstrou durante o segundo Império (que se estenderia até a primeira República) o seu prestígio. O Monsenhor Renato Galvão na revista Panorama de Feira de Santana no artigo: “As nossas pobres igrejas” fez um breve histórico dos templos de Feira,

“Desde a Capela dos Remédios, onde, em 1835, reuniu-se o primeiro tribunal de júri da cidade, até a Capela de Sant’Ana, que recebeu a visita do imperador Pedro II”, e afirmou que “entre os acontecimentos históricos ocorridos na velha matriz registra-se a primeira eleição da Câmara de vereadores, em 1833” e que “toda a vida sócio-religiosa da cidade foi adstrita à matriz”¹⁰.

É inegável que a profissão da fé católica representava prestígio social, seja pelo fato de um indivíduo pertencer a uma irmandade, ou de compor a comissão organizadora da festa de Sant’Anna, e a força dessa ecclasia católica era notável desde os costumes e práticas religiosas da população até a composição do parlamento municipal, pois como declara Poppino (1963:283) “como cidadãos, os padres católicos do municípios sempre tomaram parte ativa na política. De 1860 a 1930, sempre houve pelo menos um padre entre os vereadores da Câmara municipal”.

A manutenção da influência política da Igreja Católica pós – império é afirmada quando nos deparamos com a “acta da 12^{oa} sessão ordinária, da 2^a reunião periodica do concelho Municipal em 9 de junho de 1925”¹¹ sob a presidência do Sr. Conego Tertuliano Carneiro”. A afirmação de que o conselho municipal (um dos órgãos mais importantes da administração local) responsável pelas finanças e viabilização da execução de importantes obras e ações públicas estava sob a tutela de um membro do clero local, apenas afirma o status quo desta instituição em Feira de Santana.

⁹ Terra de São natureza, Petrópolis baiana, Empório do Sertão foram alcunhas dadas a Feira ao longo dos tempos

¹⁰ Revista Panorama de Feira de Santana, 01/11/1983, Ano 01, n^o4, pág.31.

¹¹ Acta da 12^{oa} sessão ordinária, da 2^a reunião periodica do concelho Municipal de 09 de junho de 1925, p. 1

Essa relação clero – parlamento não se limitava apenas ao âmbito local, mas também estadual como podemos observar na seção de política do jornal Folha do Norte¹² a montagem de uma chapa para eleições estaduais:

“em manifesto assignado pelos Srs. Miguel Calmon, Frederico Costa, Pedro Lago, Simões Filho, Perreira Moacyr e Celso Spinola, a comissão executiva do Partido Republicano da Bahia recommenda, para as proximas eleições estaduaes, a seguinte chapa:

Senado

Para a renovação do terço

Conego Manuel Leoncio Galvão

Monsenhor João Gonçalves da Cruz”¹³

A presença dos padres no exercício do poder civil, possivelmente não se restringiu à esfera legislativa, mas também a executiva, podendo ser confirmada através do telegrama enviado pelo governador Goés Calmon ao Intendente Arnold Silva:

“O Exmo. Sr. Dr. governador do Estado endereçou ao Sr. gestor da communa feirense o seguinte telegramma: ‘o coronel Arnold Silva – Intendente Municipal – Feira.

Foi profundamente surpreendido que recebi a noticia do fallecimento illustre sacerdote, luminar clero bahiano Mons. Cupertino de Lacerda, em quem Bahia perde um dos seus mais distinctos filhos’

(...) fiz hastear bandeira nacional meia verga em homenagem ao antigo político ex governador interino do Estado (Assignado) Goés Calmon”¹⁴

Ainda observando-se a importância desse sacerdote por parte da sociedade feirense, segue nota do jornal Folha do Norte na secção folha social, coluna de falecimentos:

“CONEGO CUPERTINO DE LACERDA - A nova infausta desappareição desse illustre bahiano que foi um luzeiro na tribuna sagrada e um vulto politico de destaque por suas convicções e lealdade comprovadas, teve larga e rápida divulgação”¹⁵

O prestígio do clero e o grau de importância que lhes é atribuído não perpassam apenas pela dimensão político - parlamentar, mas também pela área social devido a seu envolvimento com atividades filantrópicas, seja como provedores da Santa Casa de Misericórdia ou na orientação espiritual e pastoral das irmandades que proporcionavam importante papel social na cidade, como pode-se analisar na ata da sessão de posse da mesa administrativa da Santa Casa:

¹² A utilização deste Jornal resguarda-se por ser o único a ter exemplares seriados desde 1909, período de sua fundação.

¹³ Folha do Norte, Ano XVIII, nº916, 29 de janeiro de 1927, p. 1

¹⁴ Folha do Norte, Ano XVIII, nº913 ou 914, 16 de janeiro de 1927, p. 4

¹⁵ Folha do Norte, Ano XVIII, nº913 ou 914, 16 de janeiro de 1927, p.5

“terminada a cerimonia religiosa, o nosso Provedor Vigrº Moysés Gonçalves do Couto, em palavras tocantes e sensíveis fez notavel descripção da sublime virtude da caridade, mostrando-se jubiloso com a distribuição da caridade nesta cidade, que ao passo que a irmandade de Santa Casa mitigava as dores dos que soffrem, a Irmandade de S. Vicente de Paulo socorri aos necessitados e creava escolas nocturnas para adultos arrancando-os das trevas da ignorancia”¹⁶

As ações do clero nos setores sócio-políticos da sociedade feirense não ocorreram de maneira desarticulada do poder político e ao que parece pelos indícios que sugerem as fontes, o poder temporal subsidiava e legalizava as atividades caritativas do cristianismo – católico:

“leitura do relatorio apresentado pelo director padre Mario Pessoa que ahi pormenorisar a acção atalmente benefica dessa instituição crescente feição progressista e bemfazeija. Estes actos tiveram numerosa e selecta assistencia dada pelas autoridades, representação das diversas agremiações civis”¹⁷

Este poder público também demonstrava presença maciça na festa de Santana como informa Eurico Alves Boaventura em suas memórias sobre Feira de Santana;

“Reunida toda a Feira de Santana no largo. Dos coronéis, dos doutores até a gente modesta. Das aristocratas até as escolhedoras de fumo”. Boaventura (2006: 30)

Além da relação entre instituições, torna-se de notório valor destacar (ainda que seja de maneira superficial) a relação da Igreja Católica com a população, já que privilegiamos o cotidiano da cidade de Feira de Santana como foco de análise, e a população é personagem indispensável nesse cenário. Na conferência realizada no teatro Sant’Anna, em favor do Asilo Nossa Senhora de Lourdes pelo Bel. José Pereira d’ Almeida em 10/02/1915, poderemos identificar que um dos elementos que ligam a população a religião (nesse caso cristã- católica) é a filantropia, seja pelas irmandades e as damas de caridade:

[...] mas consenti que eu concretise os meus sinceros agradecimentos – em vós minhas senhoras, que constituís mãos dadas a espargir sempre benefícios; em vós, distintos prelados, que vos fazeis estimar e respeitar pelas vossas virtudes, um a dirigir com zelo e fervor a crença e a religião, que são o apanágio forte d’ esta sociedade [...].

Ou pela ação de cidadãos e religiosos:

“Ao lado do progresso material, vê-se na Feira de Sant’Anna que os ditames de Chirsto não são desprezados, que os humildes, os infelizes, tem o consolo e a

¹⁶ Ata da seção de posse da mesa administrativa de 8 de fevereiro de 1903, IN: livro de ata da santa casa de Misericórdia (1888 – 1927), p. 63.

¹⁷ Folha do Norte, Ano XVIII, 925,02 de abril de 1927, p. 01

dedicação do povo bom desta cidade, onde as irmãs sacramentinas são como anjos bemfeitores”¹⁸.

Estas ações caritativas muitas vezes iam além do serviço ao mais necessitado, esta chegava até a doação de bens materiais a Igreja Católica impulsionado pela forte devoção aos santos, como é descrito no livro de tombo da Matriz de Sant’Anna de 1930:

“Por um Sr. Pessoa distinta e fidedigna tive conhecimento que a Matriz de Sant’Anna, tenha legado no testamento de Maria Virginia de Jesus, em 17 de fevereiro de 1923, uma casa à rua Senhor dos Passos, como também a Archiconfraria do Sagrado Coração de Maria, erecta no altar de Nossa Senhora das Victorias na igreja Matriz desta cidade, outra casa junto á que é da Matriz; ainda também, uma casinha, espolio de Ricarda Maria de Jesus, à praça 15 de novembro n.º. 23.”¹⁹

Conhecer o contexto em que os embates e alianças entre Igreja Católica e o Estado ocorreu, facilitará identificarmos a postura política adotada pela Igreja após a separação com o poder civil e quais resultados (seja pelo conflito ou alianças) podemos constatar dessa relação que teve como palco a Princesa do Sertão.

Considerações Finais

Esta discussão tem como alicerce teórico a História Cultural, por entender que esta “tem por principal objecto identificar o modo como em diferentes lugares e momentos uma determinada realidade social é construída, pensada, dada a ler” Chartier (1990:20) por compreender que a história cultural está interessada nas crenças, sendo esta mais ampla por abranger a relação da Igreja Católica com diversas instituições, e por entender a religião como elemento da cultura.

Pensando as relações entre Igreja Católica e o poder civil no âmbito da história cultural, comungamos com o pensamento de Chartier (1990:16) quando este afirma que: “As percepções do social não são de forma alguma discursos neutros: produzem estratégias e práticas (sociais, escolares, políticas) que tendem a impor uma autoridade à custa de outros, por elas menosprezados; a legitimar um projecto reformador ou a justificar, para os próprios indivíduos, as suas escolhas e condutas. Por isso esta investigação sobre as representações supõe – nas como estando sempre colocadas num canto de concorrências e de competições em cujos desafios se enunciam em termos de poder e de dominação. As lutas de representações têm tanta importância como as lutas económicas para compreender os

¹⁸ Livro de Visitas da Santa Casa de Misericórdia de Feira e San’Anna (1914 – 2003), 02/01/1929. Pág.9.

¹⁹ Livro de Tombo da Matriz de Sant’Anna, n.º. 01 (1930-1940), pág. 9.

mecanismos pelos quais um grupo impõe , ou tenta impor , a sua concepção do mundo social , os valores que são os seus , e o seu domínio”.

É fundamental não ignorar quando Chartier (1990:20) utiliza-se do conceito de representações, que deve ser entendido como um “instrumento de um conhecimento mediador que faz ver um objeto ausente através da substituição por uma imagem capaz de o reconstituir em memória e de o figurar como ele é”. Assim é primordial considerar este aporte teórico para entender as representações que tanto Igreja ainda muito presente na vida do povo, quanto Estado (sempre próximo das atividades sociais da Igreja e esta internamente envolvida com ele) utilizaram para construir em Feira de Santana durante a República velha sua imagem no cotidiano feirense .

Referências Bibliográficas:

- ANDRADE, Celeste Maria Pacheco de. *Origens do povoamento de Feira de Santana*. UFBA, Salvador: 1990.
- AZZI, Riolando. O Início da Restauração Católica no Brasil. In: *Revista Síntese*, n.10.
- BOAVENTURA, Eurico Alves. *A Paisagem urbana e o Homem: Memórias de Feira de Santana*. Feira de Santana: UEFS, 2006.
- CHARTIER, Roger. *A História Cultural: entre Práticas e Representações*. Rio de Janeiro: Bertrand, 1990.
- MATTOSO, Kátia M. de Queirós. *Bahia século XIX: uma província no império*. Rio de Janeiro, Nova Fronteira: 1992.
- MOURA, Odilão. *As idéias católicas no Brasil*. São Paulo, Convívio: 1978.
- OLIVEIRA, Clovis Frederico Ramaiana Moraes. *De empório a Princesa do sertão: utopias civilizadoras em Feira de Santana (1893 – 1937)*. Salvador: UFBA, 2000 (Dissertação de Mestrado)
- PIERRAD, Pierre. *História da Igreja*. São Paulo, Paulus: 1982.
- POPPINO, Rollie E. *Feira de Santana*. Salvador, Itapuã: 1963
- SILVA, Aldo Jose Morais. *Terra de Sã natureza: a construção do ideal de cidade saudável em Feira de Santana (1833-1920)*. Feira de Santana: UEFS, 1997. (Monografia)
- WERNET, Augustin. *A Igreja Paulista no século XIX*. São Paulo, Atica: 1987.

